

HABEAS CORPUS Nº 548.968 - RJ (2019/0358491-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUARDO JANUÁRIO NEWTON - SP259627
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOSE EDUARDO ROQUE MACIEL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSE EDUARDO ROQUE MACIEL**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado por suposta infração ao art. 155, § 4º, II, do Código Penal (**furto qualificado**).

Irresignada, a d. Defesa impetrou o **habeas corpus n. 0061429-02.2019.8.19.0000** na origem, o qual teve a sua ordem **denegada**, nos termos da ementa abaixo (fls. 54-59):

"HABEAS CORPUS. Artigo 155, §4º, II do Código Penal. Concessão de liberdade provisória. Paciente que teria furtado uma bermuda no valor total de R\$ 79,99. Trancamento do processo penal. Aplicação do Princípio da Bagatela. Para efeito de trancamento do processo penal, é certo que não encontra previsão expressa em nosso ordenamento jurídico positivo, sendo admitido pela doutrina e jurisprudência, apenas em situações excepcionais, cabendo ao Juízo da causa analisar as circunstâncias do caso concreto, tais como, a condição socioeconômica da vítima, a importância e a utilidade do bem subtraído, além de outras, ou seja, matéria de prova, cujo exame é inviável na via estreita do Writ. Bens de pequeno valor podem eventualmente ser considerados relevantes para efeito penal, não cabendo simplesmente reconhecer o princípio da insignificância, sem ao menos permitir a produção de prova em Juízo a respeito. ORDEM DENEGADA."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa, em suma, requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem para "*que seja reconhecida a incidência do princípio da insignificância/bagatela e, assim, impedido o prosseguimento – trancamento – da persecução penal deflagrada em desfavor do paciente – autos do processo nº 0237110-80.2019.8.19.0001 que tramitam no Juízo da 28ª Vara Criminal da comarca da Capital/RJ; Pela admissão da documentação que municia esta petição inicial, até mesmo como forma de viabilizar a superação de eventual alegação que aponte para a necessidade de dilação probatória [...]*" (fl. 15).

Pedido de sustentação oral, à fl. 15.

É o relatório. **Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, nos termos do entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

No caso, o presente **habeas corpus** não comporta sequer conhecimento, **primeiro**, porque substitutivo de recurso próprio; e, **segundo**, em razão da mera reiteração de pedidos do **HC n. 543.656/RJ**, nesta eg. Corte, o qual, **além de comportar o mesmo pleito, se volta em face do mesmo acórdão.**

Diante desse cenário, sobre a impossibilidade de conhecimento de **habeas corpus**, ou de seu recurso ordinário, quando configurada a mera reiteração de pedidos, confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO ANTERIORMENTE INTERPOSTO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Constatado que o presente recurso ordinário é mera reiteração de outro recurso ordinário interposto anteriormente perante esta Corte, com identidade de causas de pedir e de pedidos, não há como dar curso à irresignação.

[...]

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no RHC 106.171/RJ, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe 01/03/2019, grifei)

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO EM OUTRO WRIT. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. *Inexistindo fato superveniente, é incabível a impetração de habeas corpus com objeto idêntico a outro feito anteriormente examinado no âmbito desta Corte.*

2. *No caso em exame, as causas de pedir expostas em ambas impetrações são idênticas, bem como os pedidos de suspensão da execução provisória da pena imposta ao agravante pelas instâncias ordinárias.*

3. *Hipótese em que a defesa pretende a obtenção da mesma prestação jurisdicional nas duas vias de impugnação, circunstância que caracteriza ofensa ao princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais.*

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no HC 478.216/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 19/02/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *O recurso ordinário traz pedido idêntico ao formulado no HC 393.851/BA e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia no Habeas Corpus n. 0023373-89.2016.8.05.0000. Referida impetração teve seu mérito julgado em maio do corrente ano.*

2. *Diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento do recurso ordinário.*

Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 84.693/BA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 16/08/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA ANALISADA EM PRÉVIO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO JÁ JULGADO. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *Não se conhece de habeas corpus que objetiva*

mera reiteração de pedido analisado em recurso anteriormente interposto.

2. *"Julgado o Recurso em Sentido Estrito, resta superada a alegação de excesso de prazo para análise do mérito do referido recurso" (RHC n. 66.467/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 9/3/2016).*

3. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no HC 403.778/CE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 10/08/2017)

No mesmo sentido, o col. Supremo Tribunal Federal:

"Agravo regimental em recurso ordinário em habeas corpus. Processual Penal. Homicídio qualificado na modalidade tentada. Decisão de pronúncia. Alegada nulidade do acórdão que negou provimento ao recurso em sentido estrito. Excesso de linguagem. Não ocorrência. Excesso de prazo. Tema que se encontra em apreciação em outro habeas corpus impetrado na Corte. Reiteração. Precedentes. Regimental não provido. [...] 3. No tocante ao excesso de prazo da prisão do recorrente, registro que o tema encontra-se em apreciação em outro habeas corpus impetrado na Corte. Logo, não há razão para a análise da questão, visto que o recurso ordinário, neste ponto, é mera reiteração de impetração anterior. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (RHC 147748 AgR, **Segunda Turma**, Rel.: Min. **Dias Toffoli**, PUBLIC 04-04-2018, grifei)

Ante o exposto, configurada a reiteração de pedidos, nos termos do art. 34, XVIII, "a" e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente habeas corpus.**

P. I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator